

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	18
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	19
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	612.883
Preferenciais	0
Total	612.883
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.989.703	0	0
1.01	Ativo Circulante	12.777	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.679	0	0
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.679	0	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	813	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	813	0	0
1.01.02.01.04	Aplicação Financeira	813	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	103	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	103	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	182	0	0
1.01.08.03	Outros	182	0	0
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	182	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.976.926	0	0
1.02.02	Investimentos	1.976.926	0	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.976.926	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.976.926	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.989.703	0	0
2.01	Passivo Circulante	13.034	0	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	0	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10	0	0
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	0	0
2.01.02	Fornecedores	365	0	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	365	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	37	0	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37	0	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	37	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.622	0	0
2.01.04.02	Debêntures	12.622	0	0
2.01.04.02.01	Debêntures	12.622	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.377.448	1	1
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.377.448	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.377.448	0	0
2.02.01.02.01	Debêntures	1.377.448	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	1	1
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1	1
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	1	1
2.03	Patrimônio Líquido	599.221	-1	-1
2.03.01	Capital Social Realizado	612.883	3	3
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.662	-4	-4

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-132	-347	-347
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-901	-347	-347
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	769	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-132	-347	-347
3.06	Resultado Financeiro	-13.526	0	-113
3.06.01	Receitas Financeiras	591	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.117	0	-113
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.658	-347	-460
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.658	-347	-460
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.658	-347	-460
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,06177	-0,11578	-0,15333
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,06177	-0,11578	-0,15333

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.658	-347	-460
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.658	-347	-460

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-43	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-351	0	0
6.01.01.01	Prejuízo líquido do exercício	-13.658	0	0
6.01.01.05	Capitalização de juros	-53.790	0	0
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	67.866	0	0
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-769	0	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-103	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	365	0	0
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	10	0	0
6.01.02.08	Partes relacionadas	-1	0	0
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	37	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.923.361	0	0
6.02.03	Aplicações financeiras	-813	0	0
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-1.922.548	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.935.083	0	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.400.000	0	0
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-21.123	0	0
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.743.327	0	0
6.03.07	Aporte de Capital	612.879	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.679	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.679	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	612.880	0	0	0	0	612.880
5.04.01	Aumentos de Capital	612.880	0	0	0	0	612.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.658	0	-13.658
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.658	0	-13.658
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	612.883	0	0	-13.662	0	599.221

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3	0	0	-4	0	-1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-3	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-3	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3	0	0	-3	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-843	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-843	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-843	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-843	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.360	0	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	769	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	591	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	517	0	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	517	0	0
7.08.01	Pessoal	58	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	58	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.117	0	0
7.08.03.01	Juros	-14.668	0	0
7.08.03.03	Outras	28.785	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.658	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.658	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	3.092.672	0	0
1.01	Ativo Circulante	439.738	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	403.630	0	0
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	403.630	0	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	28.383	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.383	0	0
1.01.02.01.04	Aplicação Financeira	28.383	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.686	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.686	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.361	0	0
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.361	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.678	0	0
1.01.08.03	Outros	3.678	0	0
1.01.08.03.01	Outros créditos	3.605	0	0
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	73	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.652.934	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.072.617	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.072.617	0	0
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva - Ecovias do Araguaia	1.072.617	0	0
1.02.03	Imobilizado	2.086	0	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.086	0	0
1.02.04	Intangível	1.578.231	0	0
1.02.04.01	Intangíveis	1.578.231	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	3.092.672	0	0
2.01	Passivo Circulante	31.591	0	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.565	0	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.565	0	0
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.565	0	0
2.01.02	Fornecedores	8.981	0	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.981	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	963	0	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	963	0	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	963	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.622	0	0
2.01.04.02	Debêntures	12.622	0	0
2.01.04.02.01	Debêntures	12.622	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	6.584	0	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.670	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.670	0	0
2.01.05.02	Outros	914	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	914	0	0
2.01.06	Provisões	876	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	876	0	0
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	876	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.461.860	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.377.448	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.377.448	0	0
2.02.01.02.01	Debêntures	1.377.448	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.073.298	0	0
2.02.02.02	Outros	1.073.298	0	0
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	1.072.617	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	681	0	0
2.02.04	Provisões	11.114	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	11.114	0	0
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	11.114	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	599.221	0	0
2.03.01	Capital Social Realizado	612.883	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.662	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.493	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-24.867	0	0
3.03	Resultado Bruto	-5.374	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.172	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.172	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.546	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-701	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	14.077	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.778	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.247	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-411	0	0
3.08.01	Corrente	-411	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.658	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-13.658	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,06177	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,06177	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-13.658	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-13.658	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.582	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.481	0	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	-13.658	0	0
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	116	0	0
6.01.01.05	Capitalização de juros	-53.790	0	0
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos	67.866	0	0
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	2.536	0	0
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	411	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.101	0	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.686	0	0
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.361	0	0
6.01.02.05	Outros créditos	-3.605	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	8.981	0	0
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	1.565	0	0
6.01.02.08	Partes relacionadas	5.596	0	0
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	963	0	0
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-1.622	0	0
6.01.02.13	Outras contas a pagar	681	0	0
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-411	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.543.035	0	0
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.199	0	0
6.02.02	Aquisição de intangível	-439.837	0	0
6.02.03	Aplicações financeiras	-28.383	0	0
6.02.10	Conta reserva- ANTT - Ecovias do Araguaia	-1.072.617	0	0
6.02.11	Caixa controlada Ecovias do Araguaia recebido por aporte de capital	1	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.935.083	0	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.400.000	0	0
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-21.123	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.743.327	0	0
6.03.07	Aporte de Capital	612.879	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	403.630	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	403.630	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	612.880	0	0	0	0	612.880	0	612.880
5.04.01	Aumentos de Capital	612.880	0	0	0	0	612.880	0	612.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.658	0	-13.658	0	-13.658
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.658	0	-13.658	0	-13.658
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	612.883	0	0	-13.662	0	599.221	0	599.221

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3	0	0	-4	0	-1	0	-1

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3	0	0	-4	0	-1	0	-1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3	0	0	-4	0	-1	0	-1

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	19.493	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	19.493	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.084	0	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.079	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.005	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-9.591	0	0
7.04	Retenções	-116	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-116	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.707	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.077	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	14.077	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.370	0	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.370	0	0
7.08.01	Pessoal	2.595	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.266	0	0
7.08.01.02	Benefícios	216	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	113	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	411	0	0
7.08.02.01	Federais	411	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.022	0	0
7.08.03.01	Juros	-14.668	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	244	0	0
7.08.03.03	Outras	29.446	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.658	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.658	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021**Senhores Acionistas**

A administração da Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.) – “Companhia”, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2020.

Mensagem da Administração

A Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.), foi constituída em 20 de agosto de 2013 com o nome EIL03 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

Em 12 de julho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração da razão social da Companhia de EIL03 S.A. para Holding do Araguaia S.A.

Em 06 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$2.774,00 mediante a emissão de 2.774 novas ações ordinárias que foram totalmente subscritas pela GLP X Participações S.A. que passou a deter 35% do capital da Companhia.

Em 10 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$524.992.074,00 mediante a emissão de 524.992.074 novas ações ordinárias, sendo que 341.244.848 ações foram subscritas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e 183.747.226 ações subscritas pela GLP X Participações S.A.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS**RECEITA BRUTA**

A receita bruta totalizou R\$19,5 milhões em 2021, sendo na sua totalidade receita de construção da controlada direta Ecovias do Araguaia.

Receita de Construção: R\$19,5 milhões em 2021, devido às obras contratuais iniciais realizadas no exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$32,0 milhões em 2021. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$12,4 milhões.

Pessoal: R\$2,6 milhões em 2021, devido aos custos com contratações iniciais na controlada direta Ecovias do Araguaia.

Serviços de terceiros: R\$5,5 milhões em 2021, devido principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS, pelos custos com Assessoria jurídica e consultoria.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$3,5 milhões em 2021, principalmente devido aos custos de verbas de fiscalização para ao Poder Concedente na controlada Ecovias do Araguaia.

Outros: R\$0,8 milhão em 2021 impactado pelos custos iniciais pré-operacionais com materiais de consumo, custos fixos e custos com passagens e hospedagem.

Depreciação e Amortização: R\$0,1 milhão em 2021, devido as depreciações iniciais com softwares, hardwares e móveis e utensílios na controlada Ecovias do Araguaia.

Custo de construção de obras: R\$19,5 milhões em 2021, em função do cronograma de obras iniciais no período de acordo com o contrato de concessão da Ecovias do Araguaia.

Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 18 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2021, o EBITDA totalizou -R\$12,4 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$0,7 milhão, impactado principalmente pelos encargos financeiros sobre os financiamentos e debêntures e pela capitalização dos juros sobre o endividamento.

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 19 da Demonstração Financeira.

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Em 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$13,7 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões.

A dívida líquida encerrou o exercício em R\$958,1 milhões.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 11, 12 e nº 15 da Demonstração Financeira da Companhia.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$495,8 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da controlada Ecovias do Araguaia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Holding do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

A Administração

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013 com o nome EIL03 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. A Sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjuntos 31/32, Vila Olímpia, no município de São Paulo – SP. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Companhia e sua controlada.

Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Rua Coronel Batista, 451, 8º Andar, Sala 801, Centro, no município de Anápolis – GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 com o nome EIL02 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Em 19 de maio de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração do objeto social sendo específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.b).

A controlada possui algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio, prevista para o início em outubro de 2022. Dentre elas destacam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluem diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, realiza as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autoriza o início da cobrança de pedágio.

Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e seu Conselho de Administração as aprovou em 10 de março de 2022.

a) IMPACTOS COVID-19

A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a

Notas Explicativas

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos.

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

Na data base de 31 de dezembro de 2021 a controlada da Companhia realizou o teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 10) e a administração não identificou impacto nos resultados. Adicionalmente, a administração não identificou outros potenciais efeitos nas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A empresa controlada incluída na consolidação está descrita abaixo, sendo ela domiciliada no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir está apresentada a participação na controlada:

<u>Controlada direta:</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Objetivos principais</u>
<u>Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.</u>	100%	-	Exploração da Concessão da Rodovia BR-153/414/080/TO/GO.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada direta mencionada na Nota Explicativa nº 8, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; e
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

2.3 Contratos de Concessão

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorá até outubro de 2056.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Notas ExplicativasHOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 20).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo

Notas ExplicativasHOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da controlada da Companhia é de longo prazo e está sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 10 Intangível, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****d) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes**

Norma	Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)
Requerimento	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: <u>IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u> : A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou <i>joint venture</i> que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). <u>IFRS 9 – Instrumentos Financeiros</u> : A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Impacto nas demonstrações financeiras	pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 – Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 – Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração. A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IFRS10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (a data de vigência ainda não foi definida pela IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações)
Requerimento	As alterações à IFRS10 (CPC36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controlada apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i> . Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i> .
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS10 e IAS 28 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)
Requerimento	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada). Alterações a Declaração Prática 2 da IFRS (não apresenta uma data de vigência ou exigências de transição)
Requerimento	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionada

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O <i>Board</i> preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e IFRS Declaração da Prática e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 8 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o <i>Board</i> manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: - Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; - Os efeitos da mudança de um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O <i>Board</i> acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O <i>Board</i> excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 8 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O <i>Board</i> acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

e) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias

Notas Explicativas

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

f) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controlada da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA****Política contábil**

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Caixa e bancos	-	-	3
Aplicações financeiras:			
Fundo de investimentos (a)	12.362	-	431.645
Aplicações automáticas (b)	130	-	365
	<u>12.492</u>	<u>-</u>	<u>432.013</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,1% em 31 de dezembro de 2021 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não vinculados	813	-	28.383	-
	813	-	28.383	-

Em 31 dezembro 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI em 31 dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 junho 2022. Em 31 de dezembro de 2020, não haviam valores aplicados nesta modalidade.

7. OUTROS CRÉDITOS – CONTA RESERVA (ANTT) – CONSOLIDADO

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617 (atualizado pelo IPC-A), sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente" (vide Nota Explicativa nº 16), cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do Contrato de Concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada.

8. INVESTIMENTOS

			Controladas diretas							
			Valores das investidas 31/12/2021		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
			Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Concessionária Araguaia S.A.	Ecovias	do	1.923.136	770	100%	-	1.976.926	-	769	-
							1.976.926	-	769	-
			31/12/2020	Aporte de Capital	Aumento de Capital(a)	Dividendos propostos	Encargos Capitalizados (b)	Equivalência patrimonial	31/12/2021	
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.			-	1.922.548	1	(182)	53.790	769	1.976.926	
			-	1.922.548	1	(182)	53.790	769	1.976.926	

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- a) Em 12 de julho de 2021 a Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., realizou aporte de capital na Companhia, mediante a conferência de bens e direitos de sua titularidade representados pelas ações da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.
- b) Para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam de fato as demonstrações de uma entidade econômica única, de acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, os encargos financeiros da 1ª emissão das Notas Promissórias emitidas pela Controladora em agosto de 2021, e da 1ª emissão de Debêntures também emitidas pela Controladora em outubro de 2021, com o objetivo específico da construção da Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga da Controlada no âmbito do Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, são apresentados como capitalizados, da mesma maneira que são tratados os encargos financeiros do projeto obtidos na própria controlada. Para que o patrimônio líquido dos balanços patrimoniais da Companhia, consolidado e individual, seja igual, os ajustes das demonstrações consolidadas foram transpostos para as demonstrações individuais da Companhia na rubrica de investimentos. A amortização dos encargos financeiros capitalizados seguirá todos os critérios de depreciação do ativo intangível da controlada, após o início das operações nas praças de pedágio, previsto para outubro de 2022.

9. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO**Política contábil**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	Hardwares	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	10,4	6,8	-
Custo			
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	2.140	59	2.199
Saldo em 31/12/2021	2.140	59	2.199
Depreciação			
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	(111)	(2)	(113)
Saldo em 31/12/2021	(111)	(2)	(113)
Residual			
Saldo em 31/12/2021	2.029	57	2.086
Saldo em 31/12/2020	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

10. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO**Política contábil**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento (ii)	Software de terceiros	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(iii)	-	3,3	-
CUSTO				
Saldos em 31/12/2020	-	-	-	-
Adições	1.469.665	108.385	184	1.578.234
Saldos em 31/12/2021	1.469.665	108.385	184	1.578.234
AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2020	-	-	-	-
Adições	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31/12/2021	-	-	(3)	(3)
RESIDUAL				
Em 31/12/2021	1.469.665	108.385	181	1.578.231
Em 31/12/2020	-	-	-	-

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2021, as principais adições nesta rubrica referem-se a: ônus fixo R\$1.430.120 e custos e despesas vinculados ao processo licitatório no montante de R\$39.544 (consultorias administrativas, financeiras, de engenharia, de tráfego, despesas B3 e despesas de elaboração do edital da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT).

Em 18 de agosto de 2021, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia realizou o pagamento de R\$357.503 à título de Ônus de Concessão, conforme proposta vencedora do Edital de Concessão nº 01/2021 da ANTT.

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617 (atualizado pelo IPC-A), sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente" (vide Nota Explicativa nº 16), cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do Contrato de Concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, motivo esse que qualifica sua contabilização como intangível.

- (ii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2021 referem-se a: trabalhos iniciais para operação na rodovia (projeto funcional, implantação de bases operacionais, implantação de praças de pedágio, reabilitação de: pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio) e capitalização de juros.
- (iii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização terá início junto com o início da cobrança de pedágio, ou seja, na realização do benefício econômico do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram capitalizados R\$53.790 referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento (obtidos através do cálculo dos juros incorridos sobre as notas promissórias e debêntures da Companhia, descontadas as receitas financeiras da Companhia e da controlada).

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2021. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 8,77% a.a. (11,2% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****a) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.658)	-	(13.247)	-
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	4.644	-	4.504	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	262	-	-	-
Gratificações Diretores/PPR	-	-	(36)	-
Créditos tributários não constituídos	(23.194)	-	(23.194)	-
Incentivos Fiscais	-	-	3	-
Capitalização juros s/investimentos	18.288	-	18.288	-
Outros	-	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(411)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(411)	-
Impostos diferidos	-	-	-	-
Taxa efetiva	-	-	-	-

b) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - Consolidado

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	-	-
Despesa IR/CS DRE	(411)	-
Total de IR/CS pagos	411	-
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	-

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	1.398.174	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	22.949	-
Pagamento principal	(1.400.000)	-
Pagamento de juros	(21.123)	-
Saldo no fim do exercício	-	-

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****Holding do Araguaia S.A.**

Em 05 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Comerciais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), da Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566").

A Emissão foi realizada em série única, totalizando 280 Notas Comerciais, com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo o montante total de R\$1.400.000. As notas promissórias serão remuneradas à taxa de CDI + 1,35% a.a. com vencimento no dia 08 de fevereiro de 2022.

A Companhia realizou o pré-pagamento de suas Notas Promissórias em 29 de outubro de 2021.

O contrato foi quitado em 29 de outubro de 2021.

13. DEBÊNTURES

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2021	31/12/2020
1ª Emissão	10/2036	IPCA 6,6647%	1.390.070	-
			<u>1.390.070</u>	<u>-</u>
Circulante			12.622	-
Não circulante			1.377.448	-

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2.022	-	-	-	-	-	-
2.023	-	(3.561)	(3.561)	-	-	-
2.024	36.605	(3.571)	33.034	-	-	-
2.025	1.979	(3.581)	(1.602)	-	-	-
2.026	2.204	(3.590)	(1.386)	-	-	-
2.027	2.473	(3.600)	(1.127)	-	-	-
Posteriores a 2027	1.384.325	(32.235)	1.352.090	-	-	-
	<u>1.427.586</u>	<u>(50.138)</u>	<u>1.377.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	1.345.153	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	44.917	-
Saldo no fim do exercício	1.390.070	-

Em 23 de setembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos no valor total de R\$1.400.000. A emissão é composta por 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) debêntures de valor nominal de R\$1.000 (mil reais) cada. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e no Decreto nº 8.874, tendo em vista o enquadramento do Projeto como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura. As debêntures serão remuneradas pelo IPC-A +6,6647% ao ano. A remuneração será paga em 29 parcelas semestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de outubro de 2022. A amortização do principal será realizada em 26 parcelas semestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de abril de 2024. A entrada de recursos ocorreu em 28 de outubro de 2021.

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Única	Dívida líquida/Ebitda ajustado – Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	$\leq 5,50 \times$	2,79

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Única	28/10/2021	1.400.000	(53.769)	1.346.231	IPCA + 6,6647%	9,94%a.a.
		1.400.000	(53.769)	1.346.231		

14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Custos	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	1.898	5.169	-	1.232	2.391
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	-	-	476	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	73	-	25	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021		73	1.898	5.670	-	1.232	2.391
Total em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	1	-	-

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$5.521, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$5.169 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(b) O saldo refere-se a reembolso de despesas.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores - CONSOLIDADO

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 em R\$58 e para a controlada de R\$668.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração (fixa/variável)	-	-	444	-
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	-	-	(7)	-
Seguro de vida	-	-	2	-
Assistência saúde	-	-	52	-
Previdência privada	-	-	23	-
FGTS	-	-	35	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	-	-	119	-
Diretores Estatutários	-	-	668	-
Conselho de Administração	58	-	58	-
Remuneração Global	58	-	726	-

15. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO – CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controlada. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC Companhia (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) da concessionária.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	Adição (Intangível)	31/12/2021
Constituição da provisão para obras futuras	-	13.394	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	-	(1.404)	(1.404)
	-	11.990	11.990
Circulante	-		876
Não circulante	-		11.114

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020
Verba de Fiscalização (a)	914	-
Conta reserva (b)	1.072.617	-
	1.073.531	-
Circulante	914	-
Não circulante	1.072.617	-

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	-	-
Adição Principal	1.430.120	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	2.536	-
Pagamento do principal	(359.125)	-
Saldo no fim do exercício	1.073.531	-

a) Verba de fiscalização

O valor a título de verba de fiscalização constituirá num montante anual de R\$9.732, a partir da assinatura do contrato, a ser atualizado pelo IRT e será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor a serem pagas até 5º dia útil do mês subsequente ao mês de competência. Em 31 de dezembro de 2021 o valor mensal atualizado é de R\$914.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Outorga / Conta reserva

Em 18 de agosto de 2021, a Companhia realizou o pagamento de R\$357.503 à título de Ônus de Concessão, conforme proposta vencedora do Edital de Concessão nº 01/2021 da ANTT. O valor foi registrado na rubrica "Contrato de Concessão" no Intangível (vide Nota Explicativa nº 10).

O saldo de R\$1.072.617 representa o valor alocado na Conta de Aporte, conforme Nota Explicativa nº 7 Outros Créditos Conta Reserva (ANTT), os quais possuem a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do Contrato de Concessão será transferido à Conta Única do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada Concessionária Ecovias do Araguaia.

c) Informações sobre o Contrato de Concessão da controlada direta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Valor da outorga: R\$1.430.120 sendo (i) R\$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R\$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados).

Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita.

Índice de reajuste: IPC-A.

Data de reajuste: Anualmente, a partir do início da cobrança de pedágio.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço.

Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Concessionária.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à controlada direta, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita e o custo de construção totalizaram R\$19.493, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

A controlada direta tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

A controlada estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão <u>31/12/2021</u>
<u>Natureza dos custos</u>	
Melhorias na infraestrutura	3.684.154
Conservação especial (manutenção)	3.751.421
Equipamentos	676.351
Total	<u>8.111.926</u>

A controlada direta tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros,

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$612.883 (R\$3 em 31 de dezembro de 2020), representados por 612.883.152 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (3 em 31 de dezembro de 2020).

A composição do capital social da Companhia é da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
Acionistas	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	398.374	65,00%	-	-
GLP x Participações S.A.	214.509	35,00%	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	-	-	3	99,97%
Minoritários	-	-	-	0,03%
Total ações ordinárias	612.883	100,00%	3	100,00%

Em 12 de julho de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1 (um mil), mediante a emissão, nesta data, de 1.000 (um mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Em 06 de agosto de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$3, mediante a emissão, de 2.774 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação subscritas pela GLP X Participações S.A. que passou a deter 35% do capital da Companhia.

Em 10 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$524.992, mediante a emissão de 524.992.074 novas ações ordinárias, sendo que 341.244.848 ações foram subscritas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e 183.747.226 ações subscritas pela GLP X Participações S.A.

Em 28 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$87.883, mediante a emissão de 87.883.152 novas ações ordinárias, sendo que 57.124.048 ações foram subscritas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e 30.759.103 ações subscritas pela GLP X Participações S.A.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****18. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO****Política contábil**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de construção (a)	19.493	-
Receita bruta	19.493	-
Deduções da receita bruta (b)	-	-
Receita líquida	19.493	-

a) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

b) Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

19. CUSTO OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	58	-	2.595	-
Conservação e manutenção e outros	-	-	17	-
Serviços de terceiros (i)	729	-	5.527	-
Seguros	-	-	697	-
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	-	-	2.536	-
Custo de construção de obras	-	-	19.493	-
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº10)	-	-	116	-
Locação de imóveis e máquinas	-	-	244	-
Outros custos e despesas operacionais	114	-	814	-
	<u>901</u>	<u>-</u>	<u>32.039</u>	<u>-</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	24.867	-
Despesas gerais e administrativas	901	-	7.172	-
	<u>901</u>	<u>-</u>	<u>32.039</u>	<u>-</u>

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****20. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	590	-	14.076	-
Outras receitas financeiras	1	-	1	-
	<u>591</u>	<u>-</u>	<u>14.077</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(16.173)	-	(16.173)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(22.949)	-	(22.949)	-
Variação monetária sobre debêntures	(27.586)	-	(27.586)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.158)	-	(1.158)	-
Juros capitalizados	53.790	-	53.790	-
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(27)	-	(655)	-
Outras despesas financeiras	(14)	-	(47)	-
	<u>(14.117)</u>	<u>-</u>	<u>(14.778)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(13.526)</u>	<u>-</u>	<u>(701)</u>	<u>-</u>

21. PREJUÍZO POR AÇÃO**a) Prejuízo básico**

O prejuízo básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico e diluído por ação	(13.658)	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico e diluído por ação	221.097	3
Prejuízo básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>(0,06)</u>	<u>-</u>

b) Prejuízo diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS****Gestão de capital**

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (a)	1.390.070	-	2.463.601	-
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(11.679)	-	(1.476.247)	-
Dívida líquida	1.378.391	-	987.354	-
Patrimônio líquido (b)	599.221	(1)	599.221	-
Índice de endividamento líquido	2,30	-	1,65	-

(a) A dívida é definida como debêntures e obrigações com poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 13 e 16; e

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por operações compromissadas, certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 103,1% do CDI em 31 dezembro 2021, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.
- Obrigações com Poder Concedente: mensurados pelo valor justo através do resultado.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****Valor justo de ativos e passivos financeiros**

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
	Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos (i)		3	3
Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva (i)	Valor justo através do resultado	432.010	432.010
Outros Créditos – conta reversa – Ecovias do Araguaia (iv)	Valor justo através do resultado	1.072.617	1.072.617
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	8.981	8.981
Debêntures (iii)	Custo amortizado	1.390.070	1.370.609
	Valor justo através do resultado		
Obrigações com Poder Concedente (iv)		1.072.617	1.072.617
Obrigações com Poder Concedente (v)	Custo amortizado	914	914
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock</i> (vi)	Custo amortizado	47	47

- (i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) Os saldos das rubricas de “Fornecedores” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) As debêntures estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Conforme a nota explicativa nº 7, o valor refere-se a conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço.
- (v) As obrigações com Poder Concedente relativas a verba de fiscalização, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.
- (vi) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

Notas ExplicativasHOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - Holding do Araguaia	IPCA + 6,6647% a.a.	119.546	114.557	164.228	1.204.984
		119.546	114.557	164.228	1.204.984

Análise de sensibilidade***Risco de variação nas taxas de juros***

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principais indicadores das aplicações financeiras, dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados pela Companhia e por sua controlada:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	41.474	51.842	62.210
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPC-A	(19.338)	(19.734)	(20.093)
Juros a incorrer, líquidos		22.136	32.108	42.117

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,65%	14,56%	17,48%
IPCA (b)	3,88%	4,85%	5,82%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – dez/2021

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas**HOLDING DO ARAGUAIA S.A. (ANTERIORMENTE DENOMINADA EIL03 S.A.)****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transação que não envolvem caixa - Consolidado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<u>Transação</u>	<u>31/12/2021</u>
Ônus da Concessão - Intangível	1.072.617

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da controlada Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da controlada da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de sua controlada.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas Holding do Araguaia S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding do Araguaia S.A. e da Holding do Araguaia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Registro do ônus do contrato de concessão (Nota 10) O saldo de ativos intangíveis monta R\$ 1.578.231 mil em 31 de dezembro de 2021 e é substancialmente representado pelos valores assumidos pela Companhia a título de ônus de concessão junto ao poder concedente, de acordo com o Edital de Concessão no 01/2021. Esses ativos não financeiros são registrados ao custo e amortizado pelo prazo da concessão. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância dos valores, associado ao fato que envolve julgamentos técnicos significativos da administração da Companhia. Efetuamos a leitura do Edital de Concessão no 01/2021 e o contrato de concessão, com o objetivo de identificar a necessidade do referido desembolso. Verificamos a saída de caixa realizada pela Companhia em relação ao ônus de concessão especificado na Nota 10 às demonstrações financeiras. Avaliamos tecnicamente a razoabilidade dos registros contábeis realizados pela Companhia, no que tange ao registro do ativo intangível. No contexto de nossa auditoria, consideramos que o julgamento exercido pela administração é razoável e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas. Obrigações com o poder concedente (Nota 16) Em 31 de dezembro de 2021, para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão no 01/2021, a Companhia registrou a obrigação no montante de R\$ 1.072.617 mil, que corresponde ao ônus do contrato de concessão pendente de pagamento junto ao poder concedente. Este montante está contabilizado em contrapartida à rubrica do ativo intangível (Nota 10). Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância do valor. Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com a identificação da obrigação, bem como o exame do referido edital e contrato de concessão em seus aspectos gerais. Avaliamos a suficiência da documentação dessa obrigação preparada para demonstrar o montante registrado e suas respectivas contabilizações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia e a documentação suporte utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com os dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras como um todo. Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 14 de março de 2022 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5 Marcelo Orlando Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.), abaixo indicados, declaram que: Após exame das demonstrações financeiras da Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que: • Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e • Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo-SP, 14 de março de 2022. Alberto Luiz Lodi Diretor Presidente Carlos Eduardo Auchewski Xisto Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.), abaixo indicados, declaram que: Após exame das demonstrações financeiras da Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que: • Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e • Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo-SP, 14 de março de 2022. Alberto Luiz Lodi Diretor Presidente Carlos Eduardo Auchewski Xisto Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores